



Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação *Lato Sensu*

Gestão social: políticas públicas, redes e defesa de direitos

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento	2
2. Características Técnicas do Curso	2
3. Público Alvo.....	2
4. Critérios de Seleção	2
5. Justificativa do Curso	3
6. Objetivos do Curso.....	3
7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	4
8. Estágio Não Obrigatório.....	5
9. Matriz Curricular	7
10. Carga Horária	7
11. Conteúdo programático.....	7
12. Infraestrutura Física e Pedagógica.....	21

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Gestão social: políticas públicas, redes e defesa de direitos

Área de Avaliação (CAPES): Interdisciplinar

Grande Área (CAPES): Multidisciplinar (9.00.00.00-5)

Área do Conhecimento (CAPES): Interdisciplinar (9.01.00.00-0)

Classificação OCDE: 03 - Ciências Sociais, Negócios e Direitos

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 100 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, com duração de 10 meses.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

O curso destina-se aos profissionais com formação superior - assistentes sociais; psicólogos, pedagogos, professores, operadores do Direito, gestores da rede sócio assistencial, conselheiros municipais dos Conselhos de Assistência Social, de Defesa dos Direitos do Idoso, dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Direitos das Pessoas com Deficiência, dos Conselhos Tutelares que atuam nas diversas áreas de conhecimentos tais como Serviço Social, Educação, Direito, Psicologia. Demais profissionais da área da Saúde, que busquem o desenvolvimento de aptidões e habilidades nas áreas de gestão de políticas, programas e projetos sociais.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do Curso

O conteúdo do curso possibilitará a ampliação do conhecimento científico do aluno, proporcionando-lhe melhores condições de avaliação nas ações interventivas, sob o ponto de vista teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, promovendo efetivas respostas às demandas sociais que requisitam a intervenção profissional mediada pelos serviços oferecidos pela rede social.

A indispensável articulação entre as políticas setoriais e de defesa de direitos, vinculando a diversidade de áreas de conhecimento e campos de intervenção, na perspectiva da interdisciplinaridade, evidenciam a importância da atitude investigativa como ato constitutivo do exercício profissional cotidiano, de natureza reflexivo-analítica, potencializando a produção de conhecimentos advindos da mediação teórico-prática, por meio dos projetos, estudos e pesquisas suscitadas pelas disciplinas.

A Especialização em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos – do modo como está constituído o curso, no cumprimento qualificado às previsões da legislação específica a cada área e as suas Normas Operacionais Básicas, busca suprir as lacunas evidenciadas no exercício profissional de trabalhadores sociais na esfera das políticas públicas (tanto no âmbito estatal quanto privado, em particular quanto à gestão de serviços, programas, projetos e benefícios). Isso proporcionará ao profissional uma visão mais crítica e refletiva em relação ao cotidiano profissional a elas pertinente, superando práticas profissionais sustentadas no senso comum e na imediaticidade dos fatos – tais práticas são desmobilizadoras das condições de protagonismo e de autonomia dos sujeitos sociais, individuais e coletivos.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- Formar e qualificar trabalhadores sociais de diferentes áreas do conhecimento nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-instrumental para o aprimoramento das funções pertinentes à formulação, à gestão, à execução e a avaliação das políticas sociais e de defesa de direitos na contemporaneidade social, cultural e política da realidade brasileira.

6.2. Objetivos Específicos

- Apreender as determinações da questão social como solo da construção do objeto da intervenção profissional, na perspectiva da sua superação e de novas modalidades de trabalho.
- Internalizar paradigmas e tendências da gestão social, das políticas sociais e de defesa de direitos, na ótica do reordenamento jurídico e político-institucional e da rede social de atendimento.

7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

No ambiente virtual o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizado em 4 ou 8 aulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades:

- ✓ Leitura de textos de fundamentação teórica.
- ✓ Acesso às videoaulas.
- ✓ Aprofundamento dos seus conhecimentos, acessando elementos extratextuais.
- ✓ Realização de questões de autoestudo, para verificação de seu desempenho.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas, por meio de ferramentas de comunicação.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação

Ele, também, deverá se submeter a uma prova presencial (1ª chamada) por disciplina e ao seu desempenho será atribuída uma nota. Essa prova presencial será agendada pelo aluno, respeitando o prazo de até 8 (oito) dias após a data fim da última disciplina de seu curso.

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

A média final do aluno na disciplina será calculada pela nota obtida nas atividades a distância, com peso 4 (quatro), e pela nota obtida na prova realizada presencialmente, com peso 6 (seis).

Para a aprovação na disciplina, o aluno deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento), computada pelo acesso ao ambiente virtual.

Se o aluno perder a 1ª chamada de Prova Presencial, poderá requerer, via sistema ou no polo de apoio, a 2ª chamada da prova, no prazo máximo de até 7 (sete) dias corridos, a contar da data da realização da atividade em questão.

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) terá direito à Avaliação Substitutiva, sendo:

- Disciplinas Específicas: mediante a solicitação de requerimento até 60 (sessenta) dias após a data fim do curso, e substituirá a média do aluno. Ressalta-se que só terá direito à realização da Avaliação Substitutiva o aluno que realizar a Prova de 1ª ou 2ª chamadas. A avaliação substitutiva será realizada no ambiente virtual, sendo que o aluno terá uma única tentativa e um prazo de até 7 (sete) dias, após a compensação do boleto, para realizar a avaliação.
- Disciplina Metodologia da Pesquisa Científica: mediante a solicitação de requerimento, até 8 (oito) dias após a data fim da disciplina, a nota obtida substituirá a média do aluno. A avaliação substitutiva será realizada no ambiente virtual, sendo que o aluno terá uma única tentativa e um prazo de até 7 (sete) dias, após a compensação do boleto, para realizar a avaliação.

O aluno que não realizou a Avaliação de 1ª e 2ª chamadas ou não obteve média igual ou superior a 7,0, após realizar a Avaliação Substitutiva, terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento até o período de duração do curso X 2 (dois) menos 90 dias. O PDR será realizado no ambiente virtual, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas;

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo mínimo 30% (trinta por cento) portadores de título de pós-graduação *strictu sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *strictu sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

8. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que obedeçam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso em conjunto com o professor orientador e também do Departamento de Estágios, devendo conter os seguintes dados:

- I. matrícula regular especificando o semestre;
- II. disciplinas ou habilidades imprescindíveis ao seu desenvolvimento;
- III. atividades a serem desenvolvidas;
- IV. supervisor de campo;
- V. seguradora e apólice de seguro;
- VI. bolsa-auxílio ou contraprestação;
- VII. auxílio-transporte;
- VIII. período de realização;
- IX. período (s) de recesso; e
- X. carga horária diária e semanal.

A orientação de estágio curricular pelo Departamento de Estágios deverá ser realizada por meio de orientação indireta mediante relatórios e, sempre que possível, visitas ao campo de estágio, além da utilização das tecnologias de informação e comunicação para contato das partes envolvidas.

9. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Ambientação	0h
Estado, questão social e políticas públicas	40h
Comunicação popular e comunitária	40h
Metodologias de trabalho integrado e protagonismo popular	40h
Direitos e seguridade social	40h
Seguridade social: política de assistência social e o suas	40h
Seguridade social: a política de saúde e o SUS	40h
Política pública da família e de defesa dos direitos	40h
Planejamento social e formulação de projeto de intervenção	40h
Práxis da gestão social: instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação e lógica de financiamento	40h
Metodologia da pesquisa científica	40h
CARGA HORÁRIA TOTAL	400h

10. Carga Horária

A carga horária total do Curso é de 400 horas/aula, sendo estas distribuídas em 10 (dez) disciplinas de 40 horas.

11. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011. Mensal. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015. Mensal. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/edicoes/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 19 fev. 2018.

LITTO, F. M. FORMIGA, M. M. M. (org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância, uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas – SP: Papyrus, 1997.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 16 de fev de 2018.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Estado, Questão Social e Políticas Públicas

Ementa: Concepção de Estado e formas de governo. A democracia no contexto social brasileiro. Relação entre Estado e sociedade civil. Questão social no Brasil. Políticas públicas e cidadania no Brasil pós-constituição de 1988.

Objetivo da disciplina: Explorar de forma crítica a institucionalização da sociedade capitalista no Brasil e sua relação com as Políticas Públicas na atualidade.

Conteúdo Programático 1: Institucionalização do Estado e a relação com a configuração da sociedade capitalista.

Conteúdo Programático 2: Estado como pacto, dominação, instrumento e ampliado.

Conteúdo Programático 3: Conceito de Sociedade Civil; Público e Privado: conceito, esferas, espaços e inter-relações.

Conteúdo Programático 4: Conceito de democracia participativa.

Conteúdo Programático 5: O processo de redemocratização no Brasil e o marco legal da democracia no Brasil.

Conteúdo Programático 6: Conceito de Questão Social, suas expressões no Brasil e os segmentos populacionais afetados.

Conteúdo Programático 7: Vulnerabilidade social e risco pessoal e social: situações e enfrentamento da questão social.

Conteúdo Programático 8: Construção histórica da Seguridade Social e da Política de Assistência Social no Brasil.

Bibliografia:

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor**. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RAICHELIS, Rachel. **Assistência social e esfera pública**. São Paulo: Cortez, 1998.

Demais referências:

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

SADER, Emir. **Direitos e esfera pública**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 05-10. (Serviço Social e Sociedade n. 77).

VÁZQUEZ, Adolpho S. **Filosofia da práxis**. Tradução de Luiz F. Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WANDERLEY, Luiz E. W. **Uma proposta inovadora: o público não estatal**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 78-89 (Serviço Social e Sociedade n. 86).

WEBER, Max. **Ciência e Política, duas vocações**. São Paulo: Cultrix, (s.d). YAZBEK, Maria Carmelita. A democracia no âmbito da profissão e das políticas sociais. Congresso Paranaense de Assistentes Sociais, 3. Londrina/PR, 2006. **Anais...** Londrina, UEL, 2006.

Disciplina: Comunicação Popular e Comunitária

Ementa: Fundamentos da Comunicação Humana. Comunicação Popular e Comunitária. Novas tecnologias e utilização de técnicas de comunicação no cotidiano da prática profissional.

Objetivo da disciplina: Aprender a práxis da comunicação popular e comunitária enquanto fundamento e processo da gestão social.

Conteúdo Programático 1: Fundamentos da Comunicação Humana.

Conteúdo Programático 2: Comunicação Popular e Comunitária.

Conteúdo Programático 3: Conceito de Comunicação. Filosofia da linguagem. Fundamentos da Comunicação Popular e Comunitária.

Conteúdo Programático 4: Participação. Meios de Comunicação. Democratização da Comunicação.

Conteúdo Programático 5: Novas tecnologias e utilização de técnicas de comunicação no cotidiano da prática profissional.

Conteúdo Programático 6: Comunicação na práxis profissional.

Conteúdo Programático 7: Fundamentos e impactos das Novas Tecnologias da Informação.

Conteúdo Programático 8: Práticas de Comunicação Popular e Comunitária e as novas tecnologias.

Bibliografia:

BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 4. ed. Tradução de M. Lahud e Y.W. Pereira. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Os gêneros do discurso. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1997.

Demais referências:

AGUIAR, C.B. Imprensa e Eleições 89: imagens e atores da política. **Revista Comunicação e Política**, p. 178-192, 1994.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

COSTA, Guilherme Borges da. **Rádio CAIC** – uma experiência do rádio como instrumento para mobilização popular no Jardim União da Vitória, em Londrina/ PR. Monografia (Especialização em Comunicação Popular e Comunitária) - Universidade Estadual de Londrina, Julho, 2005.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. **Comunicação, Educação e novas tecnologias**: tríade do século XXI. Revista Comunicação e Educação. ECA/USP. Jan/abr de 2002.

GUTIERREZ, Francisco. **Linguagem total**: uma pedagogia dos meios de comunicação. São Paulo: Summus, 1978.

LAUDON, Keneth C., LAUDON, Jane P. **Sistemas de Informação**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

Disciplina: Metodologias de Trabalho Integrado e Protagonismo Popular

Ementa: Prática social, prática profissional e atuação interdisciplinar. Instâncias de participação, avanços, limites e desafios. Metodologia de trabalho integrado entre profissionais das políticas públicas: saúde, educação, assistência e previdência. Organizações populares na perspectiva da territorialização.

Objetivo da disciplina: Estudar os princípios do trabalho integrado nas políticas públicas e do protagonismo popular na perspectiva da territorialização.

Conteúdo Programático 1: Metodologia de trabalho integrado entre profissionais das políticas públicas: saúde, educação, assistência e previdência.

Conteúdo Programático 2: A práxis profissional.

Conteúdo Programático 3: Dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da prática profissional.

Conteúdo Programático 4: A atuação profissional interdisciplinar.

Conteúdo Programático 5: Conceitos de metodologia e trabalho integrado.

Conteúdo Programático 6: Trabalho em rede: conceito, organização, classificação e requisitos.

Conteúdo Programático 7: Participação e protagonismo: conceitos, exercício, desafios e o controle social e a organizações populares.

Conteúdo Programático 8: Perspectiva da territorialização.

Bibliografia:

BACELAR, T. **Desenvolvimento regional: a descentralização valorizaria a diversidade.** In: FLEURY, S. (Org.). Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil & Espanha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GUARA, Isa. **Família e território, eixos centrais do trabalho social.** In: Redes de proteção social / [coordenação da publicação Isa Maria F. R. Guará] . -- 1. ed. -- São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades:** entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo. Editora Cortez, 2003.

Demais referências:

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Gestão Social: alguns apontamentos para o debate.** In: RICO, Elizabeth de M.; RAICHELIS, Raquel (org.) Gestão social: uma questão em Debate. São Paulo: EDUC; IEE, 1999, p. 19 – 29.

GUARÁ, Isa M. Ferreira da Rosa et al. **Gestão Municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente.** São Paulo: IEE/PUC - SP; Brasília: SAS/MPAS, 1998.

JUNQUEIRA, L. A.; INOJOSA, R. M.; KOMATSU, S. **Descentralização e intersectorialidade: na gestão**

pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. Caracas: UNESCO/CLAD, 1998. Série Concurso de Ensayos CLAD. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/UNPAN003743.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

KOGA, Dirce, GANEV E., FAVERO E. **Cidades e questões sociais medidas de cidades:** entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo. Terra Costa. 2009.

Disciplina: Direitos e Seguridade Social

Ementa: Direitos humanos, direitos sociais e as políticas setoriais e de defesa de direitos no Brasil pós-constituição de 1988. Marco legal da Seguridade Social.

Objetivo da disciplina: Conhecer a constitucionalização e marco legal das políticas setoriais e de defesa de direitos.

Conteúdo Programático 1: Direitos humanos, direitos sociais e as políticas setoriais e de defesa de direitos no Brasil pós-constituição de 1988.

Conteúdo Programático 2: O sistema jurídico brasileiro: Constituição Federal de 1988 e normas infraconstitucionais.

Conteúdo Programático 3: Princípios constitucionais: Dignidade da pessoa humana e Solidariedade Social.

Conteúdo Programático 4: Conceito e proteção de direitos humanos.

Conteúdo Programático 5: Marco legal da Seguridade Social.

Conteúdo Programático 6: Constituição histórica e principais legislações da proteção do idoso, da criança e do adolescente e da pessoa com deficiência no direito brasileiro e sua relação com as políticas públicas.

Conteúdo Programático 7: Políticas de defesa de direitos: idoso, criança e adolescente e pessoa com deficiência.

Conteúdo Programático 8: Perspectiva histórica, avanços, limites e desafios.

Bibliografia:

ARAUJO, Luiz Alberto David; SERRANO JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 15.ed. Verbatim: São Paulo, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. **A assistência social no Brasil: um direito entre a originalidade e conservadorismo**. 2ª ed. ampl. e atual. Brasília: Ivanete Boschetti, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Constituição dirigente e vinculação do legislador**. Coimbra: Livraria Almeida, 1982.

Demais referências:

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **O princípio da seletividade das prestações de seguridade social**. São Paulo: LTr, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. Algumas considerações em torno do conteúdo, eficácia e efetividade do direito à saúde na Constituição de 1988. In: **Direito e democracia**, vol. 03, nº 01. São Paulo: Revista de Ciências Jurídicas, 2002.

SILVA, José Afonso da. **A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24.ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SIMM, Zeno. **Os direitos fundamentais e a seguridade social**. São Paulo: LTr, 2005.

Disciplina: Seguridade Social: Política de Assistência Social e o SUAS

Ementa: A política nacional de assistência social e o sistema único de assistência social no contexto de sua criação e relevância para a garantia dos direitos na sociedade. Dinâmica de funcionamento do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e o significado sócio-institucional das instâncias de deliberação e de pactuação. Conceitos, princípios éticos e organizativos da proteção social básica e especial.

Objetivo da disciplina: Reconhecer a gestão da Proteção Social Básica e Especial na perspectiva da territorialidade e matricialidade familiar.

Conteúdo Programático 1: Construção histórica da Seguridade Social e da Política de Assistência Social no Brasil.

Conteúdo Programático 2: Dinâmica de funcionamento do SUAS e o significado sócio-institucional das instâncias de deliberação e de pactuação.

Conteúdo Programático 3: Política de Assistência Social e SUAS: instâncias, funções, princípios, diretrizes, financiamento e orçamento, gestão e planejamento.

Conteúdo Programático 4: Relações interinstitucionais e mecanismos de controle social.

Conteúdo Programático 5: Rede socioassistencial: conceito, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Instrumentos de gestão; Controle Social.

Programático 6: O papel dos agentes sociais na consolidação dos direitos sociais: avanços e desafios.

Programático 7: Reordenamento da rede socioassistencial Sistema municipal, territorialidade e gestão, estrutura e funcionamento dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS.

Programático 8: O SUAS e os elementos normativos e instrumentais para a gestão do sistema e o Sistema de Monitoramento e Avaliação no SUAS: princípios, objetivos e os procedimentos para implementação.

Bibliografia:

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo**. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

BRASIL, MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL, MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Norma Operacional Básica do SUAS. NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

CARVALHO Maria do Carmo B. de - **Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação** in Serviço Social e Sociedade nº. 87. 2006.

COHN, Amélia. **Mudanças econômicas e políticas de saúde no Brasil**. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 2002.

Demais referências:

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

LAURELL, Asa Cristina. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

Disciplina: Seguridade Social: a Política de Saúde e o SUS

Ementa: Seguridade social no Brasil. Política de saúde e o Sistema Único de Saúde - SUS. Gestão, organização e funcionamento dos serviços; financiamento e controle social na saúde.

Objetivo da disciplina: Conhecer os fundamentos gerais da Seguridade Social e a gestão da política de saúde.

Conteúdo Programático 1: Os aspectos conceituais e históricos da Política de Saúde no Brasil.

Conteúdo Programático 2: Seguridade social no Brasil, Política de saúde e o Sistema Único de Saúde - SUS.

Conteúdo Programático 3: Princípios e diretrizes da Seguridade Social no Brasil: Previdência Social, Assistência Social e Saúde.

Conteúdo Programático 4: Gestão, organização e funcionamento dos serviços de saúde;

Conteúdo Programático 5: Financiamento e controle social.

Conteúdo Programático 6: A participação enquanto forma de controle social e protagonismo mediante as Conferências Nacionais de Saúde.

Conteúdo Programático 7: A descentralização e a municipalização da saúde; Financiamento e controle social na saúde.

Conteúdo Programático 8: Pactos da Saúde.

Bibliografia:

ANDRADE, S. M.; SOARES, D. (orgs). **Bases da Saúde Coletiva**. Londrina: Ed UEL, 2001.

OLIVEIRA, Jaime A; TEIXEIRA, Sônia. M. F. **Previdência Social: 60 anos de história da previdência no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes/Abrasco, 1986.

TEIXEIRA, S. M. F. T. **Retomar o debate sobre a reforma sanitária para avançar o sistema único de saúde (SUS)**. *Rev. Adm. Empresa.*, São Paulo, v.49, n.4, p. 472-480, 2009.

Demais referências:

MOTA, Ana. et al. **Serviço Social e Saúde**. Formação e Trabalho profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NOGUEIRA, V. M. R; MIOTO, C. R. T. **Desafios atuais do Sistema Único de Saúde- SUS e as exigências para os Assistentes Sociais**. In: MOTA, Ana Elizabete et al. *Serviço Social e Saúde*. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008.

PEREIRA, JORDEANA DAVI. **POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL: focalização e desmonte dos direitos**. *Revista Eletrônica - ISSN 1677- 4280 – Edição Especial*. Disponível em: <www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/9559/9559_3.PDF>. Acesso em: 27 mai. 2015.

SANTOS, Maria Angélica Borges et al. **As segmentações da oferta de serviços de saúde no Brasil – arranjos institucionais, credores, pagadores e provedores**. *Segmentations of health service supply in Brazil – institutional arrangements, creditors, payers and providers*. 2004.

SCLIAR, MOACYR. **História do Conceito de Saúde**. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2007.

Disciplina: Política Pública da Família e de Defesa dos Direitos

Ementa: Construção histórica da política de defesa da família e a Legislação: Discussão da materialização familiar e das Leis frente a Criança e do Adolescente - ECA; Política de defesa dos direitos das pessoas com deficiência; a política de defesa dos direitos do idoso. Políticas de inclusão social. Papel da escola e da universidade e os desafios atuais por políticas inclusivas; A estratégia da saúde da família como opção política e modelo de assistência.

Objetivo: Conhecer o marco legal da política de defesa da família, a proteção social e sua materialização nas políticas públicas.

Conteúdo Programático 1: Concepções e caracterização da família contemporânea: aspectos históricos, demográficos, políticos e sociais.

Conteúdo Programático 2: A estratégia da saúde da família como opção política e modelo de assistência;

Conteúdo Programático 3: Marco legal da política de defesa da pessoa idosa e sua materialização nas políticas públicas.

Conteúdo Programático 4: Histórico da política de defesa dos direitos do idoso. Conselhos e controle social: papel do conselho e do conselheiro.

Conteúdo Programático 5: A pessoa idosa e a política pública da assistência social e da saúde: intersectorialidade com o SUAS e o SUS.

Conteúdo Programático 6: Política de defesa da criança e do adolescente e sua materialização nas políticas públicas. ECA; Planos nacionais de defesa da criança e do adolescente. Desafios atuais.

Conteúdo Programático 7: O papel dos órgãos oficiais na escola frente à demanda por políticas educacionais que atendam aos desafios de uma sociedade multicultural.

Conteúdo Programático 8: Ações afirmativas e minorias: principais marcos legais e sua materialização na atualidade

Bibliografia:

GOMES, Sandra, et al. **Políticas públicas para a pessoa idosa: marcos legais E REGULATORIO.** São Paulo: Secretaria estadual de assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. (orgs): SALES, Míone Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. In: **Política social, família e juventude: uma questão de direitos.** São Paulo: Cortez, 2004.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente em conflito com a Lei** – da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

Demais referências:

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães Abandonadas:** a entrega de um filho em adoção. São Paulo: Cortez, 2001.

PEREIRA, Rosemary Ferreira de Souza. **Movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente:** do alternativo ao alterativo. 1998. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

SILVEIRA, Ana Maria da. **Adoção de crianças negras:** inclusão ou exclusão? São Paulo: Veras, 2005. (Série Núcleos de Pesquisa n. 8).

TEIXEIRA, Solange Maria. **Família e as formas de proteção social primária aos idosos.** In: Revista Kairós – v. 11(2) – dez. São Paulo: 2008, pp. 59-80. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos>>. Acesso em: 27 mai. 2015.

Disciplina: Planejamento Social e Formulação de Projeto de Intervenção

Ementa: Planejamento social: dimensão ético-política, sócio-histórica e técnico-operativa; processo lógico, político e administrativo. A planificação do planejamento: políticas públicas, espaços sócio-institucionais, planos, programas e projetos sociais. Formulação de projeto de intervenção.

Objetivo da disciplina: Estudar princípios e estratégias de planejamento social.

Conteúdo Programático 1: Planejamento social: processo lógico, político e administrativo.

Conteúdo Programático 2: Planejamento social: conceito, finalidades, dimensão ético-política, sócio-histórica e técnico-operativa.

Conteúdo Programático 3: A planificação do planejamento: políticas públicas, espaços sócio-institucionais;

Conteúdo Programático 4: Planos, programas e projetos sociais.

Conteúdo Programático 5: Metodologia de Elaboração de Projetos Sociais; emergência do projeto, diagnóstico, reflexão estratégica, execução e avaliação.

Conteúdo Programático 6: Elaboração, execução, monitoramento e avaliação de projetos sociais.

Conteúdo Programático 7: Formulação de projeto de intervenção.

Conteúdo Programático 8: O gestor social e o planejamento.

Bibliografia:

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento Social:** intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora, 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Introdução à temática da gestão social. In: ÁVILA, Célia M. (org.) **Gestão de projetos sociais**. 3 ed. rev. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. P. 13-18

CURTY, Ana Luisa. Administração em organizações de produto social: articulações possíveis. In: ÁVILA, Célia M. (Org.) **Gestão de projetos sociais**. 3. ed. rev. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. P. 19-36.

Demais referências:

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Introdução à temática da gestão social. In: ÁVILA, Célia M. (org.) **Gestão de projetos sociais**. 3ª ed. rev. – São Paulo: AAPCS–Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

FERREIRA, Helder; CASSIOLATO, Martha; GONZALEZ, Roberto. **Como elaborar modelo lógico de programa:** um roteiro básico. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007.

SOUZA, Maria Rosária de. Gestão administrativa e financeira de projetos sociais. In: ÁVILA, Célia M. (org.) **Gestão de projetos sociais**. 3 ed. rev. São Paulo: AAPCS–Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. P. 102-139.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Disciplina: Práxis da Gestão Social: Instrumentos de Gestão, Monitoramento e Avaliação e Lógica de Financiamento

Ementa: O SUAS e os elementos normativos e instrumentais para a gestão do sistema. Conceituação implementação do sistema de informação monitoramento e avaliação no SUAS. Instrumentos responsabilidade dos atores sociais no monitoramento e avaliação da política; Lógica de financiamento e pisos de proteção social básica e especial.

Objetivo da disciplina: Estudar os instrumentos de gestão e o sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação e o Financiamento no SUAS.

Conteúdo Programático 1: Conceituação e implementação do sistema de informação monitoramento e avaliação no SUAS.

Conteúdo Programático 2: Processos para implementação e normas legais do SUAS.

Conteúdo Programático 3: Eixos estruturantes para a gestão e o controle social no SUAS.

Conteúdo Programático 4: Instrumentos e responsabilidade dos atores sociais no monitoramento e avaliação da política de assistência social.

Conteúdo Programático 5: Tendências na gestão local na perspectiva do SUAS.

Conteúdo Programático 6: Tendências na gestão local na perspectiva do SUAS.

Conteúdo Programático 7: Instrumentos de gestão no SUAS: Plano de Assistência Social, Lei orçamentária; Relatório Anual de Gestão. Instâncias de articulação, pactuação e deliberação.

Conteúdo Programático 8: Aplicativos Rede SUAS, habilitação ao SUAS. Controles essenciais. Serviços tipificados. Gestão do trabalho.

Bibliografia:

AGUILAR, Maria José e ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC;IEE, 1999.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. (Orgs.). **Avaliação de políticas e programas sociais – teoria e prática**. São Paulo: EDUC: IEE, 1999.

Demais referências:

DOWBOR, Ladislau. **Redes de Informação de gestão local** (Versão ampliada e atualizada de “Sistemas Locais de Informação”, 1996. Março/2001. Disponível em: <<http://www.dowbor.org>>. Acesso em: 27 mai. 2015.

DRAIBE, Sonia M. **O Welfare State no Brasil: características e perspectivas**. Revista de Ciências Sociais. São Paulo: Anpocs, 1992.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**, São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. “**A Dimensão Política da Descentralização Participativa**” in revista São Paulo em Perspectiva. v. 11, n. 3 . Fundação SEADE. 1997.

RAICHELIS, Raquel. “**Assistência Social e Esfera Pública: Os Conselhos no exercício do controle social**” in revista Serviço Social e Sociedade nº 56, São Paulo, Cortez, 1998.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica

Ementa: A disciplina aborda os diferentes conhecimentos que circulam entre as pessoas e a origem de sua produção; aprofunda-se no conhecimento científico ao tratar do conceito de verdade, da compreensão histórica da ciência e de sua natureza e métodos. Aborda ainda as características de um projeto de pesquisa, do seu desenvolvimento e do relatório de apresentação dos resultados, sempre pautadas pela ética do pesquisador.

Objetivo da disciplina: Distinguir as características dos diferentes tipos de conhecimento. Compreender como o conhecimento científico é produzido. Elaborar um projeto de pesquisa. Desenvolver um projeto de pesquisa. Elaborar um relatório de pesquisa na forma de um artigo científico. Adotar as normas acadêmicas no desenvolvimento da sua pesquisa. Seguir os princípios éticos de um pesquisador rigoroso.

Conteúdo Programático 1: Entendimento do conceito e do universo da ciência em suas diversas acepções. Apresentação dos aspectos importantes da origem do saber científico.

Conteúdo Programático 2: Entendimento do conceito e do universo da ciência em suas diversas acepções. Reflexão sobre a idealização da ciência como esfera da verdade. Apresentação dos aspectos importantes do pensamento científico.

Conteúdo Programático 3: Apresentação dos autores e aspectos das suas obras que contribuíram para o surgimento do pensamento científico. Reflexão da visão geral dos dois pilares fundamentais do pensamento científico moderno. Identificação das perspectivas divergentes da metodologia e da filosofia das ciências naturais e sociais presentes nos debates contemporâneos.

Conteúdo Programático 4: Identificação da taxonomia das pesquisas nas Ciências quanto ao seu enfoque e quanto aos seus objetivos. Apresentação da natureza, o valor e a utilidade desses estudos.

Conteúdo Programático 5: Identificação da taxonomia das pesquisas nas ciências quanto à natureza, os procedimentos de coleta e às fontes de informação. Conhecimento da natureza, o valor e a utilidade desses tipos de pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprimoramento e estruturação formal do processo de pesquisa. Apresentação dos elementos constitutivos de um projeto de pesquisa científica. Obtenção de um *checklist* de planejamento de projeto.

Conteúdo Programático 7: Reconhecimento dos relatórios de resultados de pesquisas acadêmicas. Compreensão dos elementos que integram um relatório de pesquisa. Obtenção de um *checklist* para avaliação da própria pesquisa e para a redação de relatório.

Conteúdo Programático 8: Reflexão sobre a ética e a integridade na prática da pesquisa científica. Identificação das modalidades de fraude ou má conduta em publicações. Conhecimento das diretrizes para a boa conduta em publicações.

Bibliografia:

APPOLINARIO, Fábio. **Metodologia da Ciência:** filosofia e prática de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning. 2012.

BELL, Judith. **Projeto de pesquisa:** guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Tradução: Magda França Lopes. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FURTADO, José Augusto P. X. **Trabalhos acadêmicos em Direito e a violação de direitos autorais através de plágio.** Site: Jus Navigandi, 09/2002. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/3493/trabalhos-academicos-em-direito-e-a-violacao-de-direitos-autorais-atraves-de-plagio>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

GLASER, André. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Valinhos: Anhanguera Educacional, 2014. Disponível em: <www.anhanguera.com>. Acesso em: 21 jan. 2018.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SAMPIERI, Roberto Hernández, COLLADO, Carlos Hernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa.** Tradução: Fátima Conceição Murad, Melissa Kassner, Sheila Clara Dystyler Ladeira. 3 ed. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica:** a construção do conhecimento. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.

Bibliografia complementar:

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência:** introdução ao jogo e suas regras. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2000.

ANDERY, Maria Amália Pie Abib et. al. **Para compreender a ciência:** uma perspectiva histórica. 10. Ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: Educ, 2001.

BIANCHETTI, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Netto. (organizadores) **A Bússola do Escrever**: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CNPq. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq. Disponível em <http://www.memoria.cnpq.br/normas/lei_po_085_11.htm>. Acesso em: 21 jan. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa** [organizado por] e; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MALVEZZI, Mariana. **Política Identitária Verde**: uma questão de emancipação. 2011. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. São Paulo, 2011.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Tradução: Luciene de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

12. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.

- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

